Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anterior

Conforme mencionado na nota 1, a instituição foi autorizada a funcionar como corretora a partir de 13/03/2023, consequentemente, não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 dezembro de 2022, respectivamente, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

dice Waterhouse Coopers

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do Paglnvest Corretora de Títulos e

Valores Imobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução BCB n°2

de 12/8/2020 e IN BCB n° 54 de 7/12/2020, encaminhamos as Demonstrações Financeiras do

Paglnvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda ("Paglnvest"), que compreendem o

relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado

abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas,

acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho

de 2023.

Termo de Responsabilidade da Administração

A administração do PagInvest é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações

Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de

acesso público no sítio do PagSeguro no dia 29 de agosto de 2023 e podem ser acessadas por

meio do link: https://www.pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras.

Atenciosamente.

PAGINVEST CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DocuSigned by:

Artur Gaulke Schunck

Artur Gaulke Schunck Diretor Financeiro

Wilson Gomes de lima

Wilson Gomes de Lima

Contador - CRC: 1SP212238/O-0

Demonstrações Financeiras

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda

30 de junho de 2023 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2023

Índice

Relatório da Administração	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	
Demonstração de resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Em atendimento à circular nº 2.804/1998 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda ("PagInvest"), subsidiária da BS Holding Financeira Ltda ("BS Holding") que por sua vez é subsidiária da PagSeguro Digital Ltda., a qual detém 100% das ações e controle do investimento, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagInvest relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

O PagInvest possui autorização para atuar como corretora de títulos e valores mobiliários, concedida em 13 de março de 2023 pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagInvest adota procedimentos aplicáveis às instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 30 de junho de 2023, o PagInvest é uma empresa pré operacional, ou seja, não está efetuando transações de venda e serviço com o mercado, mas o objetivo é que no segundo semestre de 2023 passe a ofertar determinados produtos de investimentos para os clientes, com isso, agregar valor ao grupo econômico no qual o PagInvest está inserido.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda Balanço patrimonial

Balanço patrimonial 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota <u>Explicativa</u>	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante Caixa e equivalentes de caixa	3	15.461	(Não auditado)
Total do ativo circulante		15.461	2.016
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	4	175	-
Diversos		175	-
Total realizável a longo prazo		175	<u>-</u>
Total do ativo		15.636	2.016

Balanço patrimonial 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022 (Não auditado)
Circulante			,
Outras obrigações Fiscais e previdenciárias	5	243 243	<u> </u>
Total do passivo circulante		243	5
Patrimônio líquido Capital - Domiciliados no País Reservas de lucros Reserva legal	7 7 7	15.000 363 30	2.000 - 11
Total do patrimônio líquido		15.393	2.011
Total do passivo e patrimônio líquido		15.636	2.016

Demonstração do resultado Semestre findos 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30 de junho de 2023	30 de junho de 2022
Receitas de intermediação financeira		661	(Não auditado)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8	661	
Resultado bruto da intermediação financeira		661	
Outras receitas/despesas operacionais		(44)	
Despesas administrativas	9	(12)	
Despesas operacionais	9	`(1)	-
Despesas tributárias	9	(31)	-
Resultado operacional		617	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		617	
Imposto de renda e contribuição social		(235)	
Provisão para imposto de renda	6	(142)	
Provisão para contribuição social	6	(93)	-
Lucro líquido do semestre		382	
Quantidade de ações		15.000.000	
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,0255	_
1 1 3 \ */			

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda Demonstração do resultado abrangente Semestre findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	30 de junho de 2023	30 de junho de 2022
Resultado líquido do semestre	382	(Não auditado) -
Resultado abrangente do semestre	382	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
(Não auditado)		<u> </u>			
	_	_	_	_	_
	-	<u>-</u>	- -	-	- -
	-	_	-	-	-
	-	-	-	-	-
		<u> </u>			
(Não auditado)					-
(Não auditado)	2.000	11			2.011
7	13.000	-	-	-	13.000
7	-	-	-	382	382
7	-	19	-	(19)	-
7		-	363	(363)	
	15.000	30	363	-	15.393
	(Não auditado)	(Não auditado) - (Não auditado) - (Não auditado) - (Não auditado) 2.000 7 13.000 7 - 7 - 7 - 7 - 7	Nota explicativa Capital social legal (Não auditado) - - - - - - - - (Não auditado) 2.000 11 7 13.000 - 7 - - 7 - - 7 - - 7 - - 7 - - 7 - - 7 - - 7 - - - - -	Nota explicativa Capital social Reserva legal retenção de lucros (Não auditado) - - - (Não auditado) - - - (Não auditado) 2.000 11 - 7 13.000 - - 7 - - - 7 - - - 7 - - - 7 - - - 7 - - - 7 - - - 363 - - -	Nota explicativa Capital social Reserva legal retenção de lucros Prejuízos acumulados (Não auditado) -

PagInvest Corretora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda Demonstração do fluxo de caixa

Demonstração do fluxo de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	Nota Explicativa	30 de junho 2023	30 de junho de 2022
Resultado antes da tributação		617	-
Variação de ativos e passivos operacionais Outros créditos (diversos) Outras obrigações		(175) 3	
Caixa aplicado nas atividades operacionais		445	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento de capital	7	13.000	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento		13.000	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		13.445	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	7 7	2.016 15.461	-
Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa		13.445	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O PagInvest tem por objeto principal intermediar operações de ações e contratos futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

O PagInvest possui autorização para atuar como Corretora de Títulos de Valores Mobiliários, concedida pelo BACEN na data 13 de março de 2023. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagInvest adota procedimentos aplicáveis às Corretora de Títulos de Valores Mobiliários integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do PagInvest foram elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN.

Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro Em atualização
- CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Em atualização
- CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível
- CPC 05 (R1) Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 Evento Subsequente
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 Ativo Imobilizado
- CPC 28 Propriedade para Investimento Em atualização
- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados
- CPC 41 Resultado por Ação
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 Receita de Contrato com Cliente Em atualização

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do Paglnvest foram representadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do PagInvest em reunião realizada em 28 de agosto de 2023.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O PagInvest classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O PagInvest classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.910 de 27/05/2021, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

2.3. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Paglnvest. A receita é representada substancialmente por:

 Receita de juros de aplicações financeiras sobre investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, que são utilizados para os gerenciamentos de seus compromissos de curto prazo

2.4. Negociação e intermediação de valores

São representadas por operações na B3 S.A., por conta de ordem de terceiros. A corretagem sobre estas operações são como receitas, e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagInvest opera e gera renda tributável.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o PagInvest deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.7. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

2.8. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I No esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Instituição não teve nenhuma operação não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022.

2.9. Normas emitidas e ainda não adotadas

a) Resolução N° 219/2022

A Resolução BCB nº 219 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 – Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) <u>Plano para implementação da regulamentação contábil aplicável a instrumentos financeiros</u>

A Resolução BCB 309/2023 estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1° de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/22 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei nº 14.467/22 quanto a Resolução BCB 219/2022 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução BCB 219/2022, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Companhia.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas demonstrações financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do BACEN.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e representam valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
		(Não auditado)
Depósitos bancários (i)	15.461	2.016
	15.461	2.016

⁽i) Os valores estão aplicados com uma taxa média de retorno de 99% sobre o CDI e tem vencimento de um dia útil, ou seja, o valor aplicado é sempre devolvido automaticamente no dia seguinte da operação, sendo dessa forma tratado como caixa e equivalente de caixa.

4. Outros créditos - diversos

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
		(Não auditado)
Impostos a recuperar (i)	175	-
Total de outros créditos	175	•

⁽i) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social.

5. Outras obrigações

	30 de junho de 2023	31 de dezembro 2022
Fiscais e previdenciárias (i)	243	(Não auditado) 5
Total	243	5

⁽i) Referem-se a impostos a pagar relativos as rendas com operações aplicações financeiras.

6. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2023 está demonstrada abaixo:

	30 de junho de 2023
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	617
Alíquota vigente	40%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(247)
Exclusões (Adições) permanentes:	
Imposto de renda adicional de 10%	12
Receita (despesa) com IR e CS registrada no resultado	(235)
Imposto de renda corrente	(142)
Contribuição social corrente	(93)
Alíquota Efetiva	38%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 13 de março de 2023, foi integralizado o valor de R\$13.000, desta forma totalizando o capital social no valor de R\$15.000 subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 15.000.000 de quotas, no valor nominal de R\$1 cada cota.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido do período até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração do PagInvest propôs a constituição de reserva legal de R\$19 (R\$11 em 31 de dezembro de 2022), referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2023. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

c) Reserva de retenção de lucro

A Diretoria do PagInvest propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$363 referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2023.

8. Resultado de operações com instrumentos financeiros

	30 de junho de 2023	30 de junho de 2022
		(Não auditado)
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	661	
	661	<u> </u>

 ⁽i) O saldo trata-se de receita com aplicações financeiras remunerada pela taxa de 99% sobre o CDI, o montante aplicado encontra-se mencionado na nota explicativa nº 3.

9. Outras receitas e despesas operacionais

	30 de junho de 2023	30 de junho de 2022		
		(Não auditado)		
Despesas administrativas (i)	(12)	-		
Despesas operacionais	(1)	-		
Despesas tributárias (ii)	(31)	_		
Total	(44)	-		

- (i) As despesas administrativas se referem aos custos com honorários de consultorias e taxas com órgãos reguladores.
- (ii) A composição de despesas tributárias, está sumarizada abaixo:

	30 de junno de 2023	30 de junho de 2022		
		(Não auditado)		
COFINS	(27)			
PIS	(4)	-		
	(31)			
		•		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Gerenciamento de riscos

As atividades do PagInvest a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude, risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagInvest concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagInvest. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagInvest, destacam-se:

a) Risco Operacional

O PagInvest define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma corretora, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013. As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagInvest, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo.

b) Risco Cibernético

Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que:

- Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem;
- Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI.

Considerando que o Paglnvest atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. O grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Resolução 4893/2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Gerenciamento de risco – Continuação

c) Risco de Mercado

O risco de mercado representa uma estimativa de perda de uma carteira de instrumentos financeiros devida à variação de preços, taxas de juros, taxas de câmbio ou cotações de mercado. Em uma carteira bancária, esse risco se manifesta sobre a intermediação financeira, refletindo o resultado das mudanças de mercado sobre as captações da instituição, de forma conjunta aos valores concedidos na carteira de crédito.

d) Risco de Liquidez:

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade do Paglnvest não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Atualmente, o Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado por meio da gestão diária de fluxo de caixa, com projeções de curto e longo prazo considerando-se saldos a pagar e a receber. Estes controles são periodicamente apresentados em comitês realizados junto à alta gestão.

O Paglnvest não possui operações envolvendo moeda estrangeira, portanto não há exposição ao risco cambial, bem como não possui empréstimos, ou seja, não haveria exposição relevante a taxa de juros.

e) Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Paglnvest possui um robusto programa de prevenção composto por procedimentos de análise e monitoramento de clientes, parceiros e fornecedores, devidamente documentados em sistema normativo e reforçado através de treinamentos para todos os colaboradores da instituição de forma a prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à "lavagem de dinheiro" e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Gerenciamento de risco – Continuação

f) Conformidade

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Companhia, em atendimento as normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20.

11. Gestão de capital

A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, o PagInvest mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo.

O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O Paglnvest mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

12. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (considerações não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Valor Justo – Continuação

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do Paglnvest em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Não há transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2023:

	30 de junho de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros						(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.461	-	-	2.016	-
Outros créditos	-	175	-	-	-	-
Passivos financeiros Outras obrigações	_	243	_	-	5	_

O Paglnvest acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos.

Os ativos financeiros incluem as aplicações financeiras representadas por depósitos bancários baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por impostos a pagar sobre as aplicações financeiras da Companhia.